



## **1. Contexto operacional**

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 27 de julho de 2017, da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

### **2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)**

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R2).

### **2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)**

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **3. Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2016.

- a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
  - Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
  - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
  - Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).
- b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
- c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2016 e 2015, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;
- e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito

significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

- f) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- g) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 9.

- h) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);
- i) Adiantamentos de Clientes – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos.
- j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;
- k) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- l) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).
- m) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

#### **4. Representação dos saldos de exercícios anteriores**

A Administração da Companhia entende que se faz necessário a reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 para melhor comparabilidade, conforme disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros em virtude das reclassificações:

Os impactos na demonstração financeira, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como segue:

- Reclassificação de cheques pendentes de caixas e equivalentes caixas para outros valores a receber;
- Reclassificação das contrapartidas do contas a receber de contratos de cessões de áreas a realizar do passivo como retificadoras das contas a receber circulante;
- Reclassificação de outros valores a receber para melhor discriminação como tributos a recuperar;
- Reclassificação de adiantamentos de clientes para recursos municipais para eventos, para melhor discriminação, quanto a natureza destes adiantamentos para eventos da Prefeitura;

Contas	Saldos conforme publicados anteriormente	Saldos reclassificados	Saldo reapresentados
Caixa e equivalentes caixa	31.177	(27) C	31.150
Contas a receber de clientes	36.545	(14.790) C	21.755
Outros valores a receber	4.527	(3.982) C	545
Tributos a recuperar	-	4.009 D	4.009
Contas a receber de clientes	47.546	(47.546) C	-
Cessões de áreas a realizar CP	44.253	(44.253) D	-
Autódromo de Interlagos	1.065	(1.065) D	-
Outras exigibilidades	7.149	(6.364) D	785
Recursos municipais	-	7.405 C	7.405
Adiantamentos de clientes CP	-	26.600 C	26.600
Empresas municipais	-	24 C	24
Cessões de áreas a realizar LP	55.632	(55.632) D	-
Adiantamentos de clientes LP	-	10.949 C	10.949



## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Reapresentado</u>
Caixa	43	32
Bancos	357	2.447
Aplicações financeiras	13.865	28.671
	<u>14.265</u>	<u>31.150</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

## 6. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Reapresentado</u>
Clientes no País	7.924	15.602
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	9.360	12.381
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.527)	(6.228)
	<u>9.757</u>	<u>21.755</u>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Reapresentado</u>
A vencer	6.390	16.337
Vencidos até 30 dias	852	3.205
Vencidos de 31 a 60 dias	316	1.037
Vencidos de 61 a 90 dias	926	340
Vencidos de 91 a 120 dias	1.103	138
Vencidos acima de 120 dias	10.180	6.926
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.527)	(6.228)
Adiantamento de clientes	(2.483)	-
	<u>9.757</u>	<u>21.755</u>



## 7. Tributos a recuperar

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b> <b>Reapresentado</b>
COFINS a compensar	10	10
PIS a compensar	43	-
IRPJ a compensar	2.788	3.573
CSLL a compensar	410	426
INSS a compensar	867	-
	<b>4.118</b>	<b>4.009</b>

O IRPJ a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2016.

## 8. Outros valores a receber

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b> <b>Reapresentado</b>
Créditos de empregados	237	518
Créditos de fornecedores	67	27
	<b>304</b>	<b>545</b>

## 9. Imobilizado

	<b>Taxas anuais</b> <b>Depreciação</b>	<b>Custo</b> <b>Atualizado</b>	<b>Depreciação</b> <b>Acumulada</b>	<b>Líquido</b> <b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b> <b>Reapresentado</b>
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	120.052	(32.514)	87.538	91.598
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.778)	2.510	2.688
Estacionamento	3,45%	11.436	(3.127)	8.309	8.273
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.009	(1.237)	1.772	1.894
Instalações	10%	12.891	(5.977)	6.914	8.163
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.587	(5.062)	1.525	2.360
Veículos	20%	1.205	(940)	265	385
Móveis e utensílios	10%	6.088	(5.516)	572	831
Outros ativos fixos	20% e 10%	699	(671)	28	36
Construções em andamento	-	4.407	-	4.407	16
		<b>291.785</b>	<b>(56.822)</b>	<b>234.963</b>	<b>237.367</b>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>237.367</b>	<b>241.983</b>
<i>Adições</i>		
Edifícios e Benfeitorias	-	3
Estacionamentos	522	-
Instalações, máquinas e equipamentos	5	2.098
Móveis e utensílios	23	173
Outros ativos	-	2
Construções em andamento	4.390	362
<b>Total das adições</b>	<b>4.940</b>	<b>2.638</b>
Depreciações	(7.344)	(7.254)
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>234.963</b>	<b>237.367</b>

#### Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.





## 10. Obrigações Trabalhistas

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b> <b>Reapresentado</b>
Obrigações com pessoal	3	242
FGTS	368	287
INSS empresa	904	131
INSS retido	191	635
Provisão de férias	5.271	5.509
IRRF	783	0
	<b>7.520</b>	<b>6.804</b>

## 11. Empresas municipais – Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 6.187 mil, sendo R\$ 1.636 mil no curto prazo e R\$ 4.551 mil no longo prazo.

## 12. Obrigações tributárias

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b> <b>Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	164	8
Parcelamento IPTU/ISS	3.729	3.390
Receita Federal:		
. Cofins a recolher	38	733
. Pis a recolher	8	158
. Impostos retidos	688	1.728
	<b>4.627</b>	<b>6.017</b>
<b>Não circulante</b>		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	63.701	59.178
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.447	6.757
	<b>70.148</b>	<b>65.935</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>74.775</b>	<b>71.952</b>



Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2016 e 2015 foram pagos R\$ 3.649 e R\$ 2.931 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 126 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2016 era de R\$ 67.430.

### 13. Recursos municipais – Eventos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Reapresentado</u>
Carnaval futuro	-	2.575
Fórmula 1	-	1.065
Natal Iluminado	-	2.558
Repasse para Escolas de Samba	379	1.138
Outros eventos	-	69
	<u><b>379</b></u>	<u><b>7.405</b></u>

Para as Entidades do Samba e Carnaval de 2017, os recebimentos dos recursos foram em 2017, ao passo que em 2015, os recursos para o Carnaval 2016 haviam sido antecipados. Para a Fórmula 1 2016, todos os recursos foram aplicados integralmente até 31/12/2016. Em 2016 não foi realizado o evento “Natal Iluminado”.

### 14. Adiantamentos de clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Reapresentado</u>
<b>Circulante</b>		
Pavilhão de Exposições	7.745	22.956
Palácio das Convenções	5.275	2.657
Pólo Cultural	1.273	597
Auditório Elis Regina	741	284
Adiantamentos de clientes	1.317	-
Contratos de mídia	-	106
	<u><b>16.351</b></u>	<u><b>26.600</b></u>
<b>Não circulante</b>		
Pavilhão	-	10.755
Palácio	-	103
Polo	-	91
	<u><b>-</b></u>	<u><b>10.949</b></u>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<u><u><b>16.351</b></u></u>	<u><u><b>37.549</b></u></u>

## 15. Provisões para contingências

Em 31/12/2016 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	31/12/2016		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>6.868</b>	<b>6.026</b>	<b>-</b>
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	-	1.143	8.399
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	50.949	(2.927)	-
Valores baixados	(160)	(755)	-
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>57.657</b>	<b>3.487</b>	<b>8.399</b>

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 57.184 mil, passou a ser avaliado integralmente, em 31/12/2016, de possível para provável perda.

Em 27/01/2016, por meio de ofício direcionado às Companhias, a Procuradoria Geral do Município de São Paulo se manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, e consideramos no balanço encerrado em 31/12/2015, que, embora tenha havido a perda da ação judicial, não era provável que uma saída de recursos fosse exigida para liquidar a obrigação. Portanto não foi constituída, à época, a provisão para o referido processo. Mesmo assim, a PGM orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta. Além disso, tendo em vista que a condenação imposta pela 14ª Vara Cível da Capital foi posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Companhia, baseada no entendimento da Procuradoria Geral do Município, registrou na Provisão para Contingência o montante de R\$ 6.451, equivalente a 20% do valor da causa, referente aos honorários advocatícios. Em 14/03/2016 foi encaminhado Ofício à Secretaria de Finanças para formalização do ajuste com a consequente extinção do processo, e que os honorários advocatícios e de sucumbência deverão ser objeto de novo ajuste entre a PMSP e a São Paulo Transportes, se houver decisão de que tais verbas não compõe o acordo.

No entanto, em 31/12/2016, aumentamos a provisão com a SPTrans em de R\$ 50.732 mil em face ao potencial desembolso considerando a situação do andamento da ação de execução.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências fiscais que a Administração entendeu que



deveriam ser reconhecidas que são as seguintes: PIS e COFINS R\$ 6.106 mil, IRPJ e CSL 268 mil e encargos trabalhistas R\$ 2.025 mil.

#### Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ações Trabalhistas (*)	789	356
Ações Cíveis (**)	11.584	40.187
	<u><b>12.373</b></u>	<u><b>40.543</b></u>

(\*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Companhia informaram que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter ideia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa.

(\*\*) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2016: R\$ 8.138.

#### **16. Receita diferida – ISS/IPTU**

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

#### **17. Capital social**

	<u>Quantidades em 31/12/2016</u>			<u>Valores</u>	
	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)



	<b>5.067.992</b>	<b>119.704</b>	<b>5.187.696</b>	<b>149.457</b>	<b>149.457</b>
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	<b>5.064.624</b>	<b>114.095</b>	<b>5.178.719</b>	<b>149.199</b>	<b>149.199</b>

A empresa contava com 3.546 acionistas em 31/12/2016. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado em negociação em 2016, em lote padrão, conforme o site [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br), foi de R\$ 60,00 para as ações ordinárias, R\$ 78,99 para as ações preferenciais “A”, R\$ 60,00 para as ações preferenciais “B”, num volume total de 300 ações, 100 ações de cada uma das espécies, em 13/10/2016. Em 12/2016 a Prefeitura de São Paulo aportou R\$ 6.000 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

#### **18. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade**

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015 Reapresentado</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>209.635</b>	<b>218.411</b>
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(19.393)	(22.989)
	<b>190.242</b>	<b>195.422</b>
Deduções da receita bruta	(5.325)	(843)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>184.917</b>	<b>194.579</b>

#### **19. Despesas administrativas**

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015 Reapresentado</b>
Remunerações, encargos e benefícios	74.587	51.567
Prestadores de serviços	19.599	4.464
Ocupação e manutenção	4.420	12.594
Publicidade	181	291
Provisões	57.947	12.135
Impostos e taxas	537	1.574

Utilidades e tarifas públicas	1.511	518
	<b>158.782</b>	<b>83.143</b>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

## **20. Remuneração dos administradores**

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 2.485 (R\$ 3.254 em 2015). Como pessoal chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

## **21. Subvenções governamentais**

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2016 o montante de R\$ 3.702 mil e dos R\$ 4.406 mil de obras em andamento até aquela data, foram pagos R\$ 2.612 aos fornecedores. A vigência do termo é até 01/08/2017 com possibilidade de prorrogação. A política contábil adotada, no que diz respeito a ativos monetários, é o reconhecimento como receita nos períodos apropriados conforme CPC 007 (R1), item 13.

## **22. Seguros (não auditado)**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

<b>Objeto do seguro</b>	<b>Modalidade</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.400	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

## **23. Eventos subsequentes**

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 27 de julho de 2017, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis. Em janeiro de 2017, com a mudança da Administração Municipal em razão das eleições de outubro/2016, também foram empossados os Diretores indicados pelo atual Prefeito.



A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias divulgou em seu site licitação na modalidade pregão eletrônico Nº 009/SMDP/2017, Processo 6071.2017/0000140-3, para realização em 27/07/2017, com critério de julgamento de menor preço, a contratação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da SÃO PAULO TURISMO S/A.

## **24. Instrumentos Financeiros**

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### ***a. Composição dos saldos***

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	14.265	14.265
Contas a receber e clientes	13.238	13.238
Impostos a recuperar	4.118	4.118
Outras contas a receber	304	304
Fornecedores	9.603	9.603
Obrigações tributárias	74.775	74.775
Empresas municipais	6.187	6.187

### ***b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos***

#### **Disponibilidades**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

#### **Contas a receber e clientes**





Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

#### Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

#### Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

#### *c. Gerenciamento de risco*

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.

#### Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

### **25. Continuidade operacional da Companhia**

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos momentâneos entre receitas e despesas normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução drástica dos custos e despesas operacionais e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou Administrativas do Município, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de





segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

## **26. Autorização de conclusão das Demonstrações Contábeis**

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Afonso Celso de Barros Santos, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 27 de julho de 2017.